



## **A DISPUTA PELO AMAPÁ: O USO DO PODER MILITAR E DA DIPLOMACIA NA DEFINIÇÃO DA FRONTEIRA DO EXTREMO NORTE DO BRASIL<sup>1</sup>**

Ricardo Caetano de Moraes

**Resumo:** A formação das fronteiras do Brasil foi um processo longo e complexo, envolvendo atividades comerciais, operações militares e ações diplomáticas num amplo espaço geográfico. Na Amazônia, este processo foi particularmente demorado, devido tanto às grandes distâncias envolvidas quanto às dificuldades de penetração e ocupação do território, coberto pela maior floresta tropical do mundo. Um caso interessante é a definição dos limites do atual Estado do Amapá, que envolveu confrontos entre Portugal (e posteriormente o Brasil) e a França, uma das maiores potências europeias. O trabalho busca compreender a interação entre o uso do poder militar e da diplomacia na definição das fronteiras do Amapá entre 1600 e 1900, analisando as consequências e os impactos das decisões tomadas para o momento atual.

**Palavras-chave:** Amapá. Poder militar. Diplomacia.

### **1 INTRODUÇÃO**

O estabelecimento das fronteiras do Brasil foi um processo longo e complexo, abrangendo atividades de exploração econômica, operações militares e ações diplomáticas num amplo espaço geográfico. A definição das fronteiras na região amazônica foi especialmente demorada, devido tanto às grandes distâncias envolvidas quanto às dificuldades de penetração e ocupação do território, coberto por densa floresta tropical. Um exemplo é o estabelecimento dos limites do atual Estado do Amapá, concluído apenas no início do século XX. A disputa pelo Amapá foi relativamente pouco estudada, embora tenha envolvido confrontos entre Portugal (e posteriormente o Brasil) e a França, uma das maiores potências europeias. A análise do processo para a

---

<sup>1</sup> Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em História Militar, da Universidade do Sul de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em História Militar.



solução deste conflito pode trazer importantes lições para resolver disputas fronteiriças semelhantes no futuro.

Este trabalho pretende compreender a interação entre o uso do poder militar e de negociações diplomáticas na definição das fronteiras do Amapá entre 1600 e 1900, e buscando analisar as consequências e os impactos das decisões tomadas para o momento atual. Em termos metodológicos, foi realizada uma pesquisa pura, teórica, de natureza explicativa e qualitativa, fundamentada na coleta de dados por meio de um levantamento bibliográfico, consultando fontes secundárias e terciárias.

Foi estudada bibliografia relativa à formação das fronteiras brasileiras na Amazônia, as origens da Questão do Amapá, as operações militares que ocorreram na região entre o Amapá e a Guiana Francesa e as negociações político-diplomáticas que encerraram a Questão.

O restante do trabalho está organizado como se segue. A seção 2 trata dos conceitos de “fronteira” e “fronteira nacional”, aplicando-as à região amazônica. Na seção 3, é apresentado o desenvolvimento histórico da Questão do Amapá propriamente dita, abrangendo os períodos colonial, imperial e republicano. Finalmente, a seção 4 apresenta as considerações finais, discutindo como foram empregados o poder militar e a diplomacia na disputa pelo Amapá e apresentando algumas reflexões sobre as lições aprendidas para os dias atuais.

## **2 A QUESTÃO DO AMAPÁ**

### **2.1. FRONTEIRAS E A AMAZÔNIA**

Estabelecer fronteiras nacionais é um processo de delimitação de espaços e de soberanias. O conceito de “fronteira” é bastante antigo. Seabra afirma que “a ideia de fronteira, enquanto significado de limite ou delimitação concreta de um determinado espaço territorial, terá surgido da necessidade de os homens estabelecerem os seus



direitos de propriedade.”<sup>2</sup>. No entanto, a noção de “fronteira nacional” é bem mais recente. Segundo Seabra:

Decorrente dos tratados de Vestefália (1648), [...] assiste-se à emergência do Estado Moderno que, para afirmar a sua soberania territorial e impor-se ao exterior, fez coincidir as fronteiras linguística, cultural e económica, tornando a fronteira linear imprescindível. Os Estados passaram a ser reconhecidos não só pela sua identidade política e institucional, mas também pelo facto de existirem enquanto unidades físicas e territoriais, em que a fronteira acentuava as diferenças para com os Estados vizinhos, fortalecendo a coesão interna e o grau de consciência nacional. [...]

A Europa passou a ser formada por diversos Estados autónomos, com autoridade política própria, em que o equilíbrio do poder, [...] assentava no modelo de fronteira estável de Richelieu, que considerava a segurança de um Estado dependente da estabilidade das suas fronteiras.

Geralmente consideradas sagradas pelo sangue derramado a implantá-las, as fronteiras, mantiveram o respeito pela soberania como poder sem igual na ordem interna, nem superior na ordem externa.<sup>3</sup>

Frequentemente, as fronteiras são estabelecidas segundo critérios geográficos. De acordo com Seabra:

Para a conceção moderna das fronteiras, há que destacar a contribuição do Tratado de Madrid (1750) entre Portugal e Espanha ao mencionar a necessidade de levantamentos expeditos no terreno para a efetiva demarcação de limites, a utilização do desenho das redes hidrográficas como melhor opção de limite e ao consagrar o *uti possidetis* (princípio do direito romano), que permitiu a cada parte conservar o que, antes, já possuía. [...]<sup>4</sup>

---

2 SEABRA, Miguel P. C. S., **O conceito de fronteira: uma abordagem multifacetada**, Trabalho de Investigação Final (Curso de Estado-Maior Conjunto), Instituto de Estudos Superiores Militares, Lisboa, 2012, p. 10.

3 *Ibid.*, p. 11–12.

4 *Ibid.*, p. 12.



Existem várias outras definições de fronteiras, enfatizando aspectos sociais, culturais, religiosos ou comerciais. Por exemplo, na sua extensa análise sobre a formação das fronteiras latino-americanas, Vargas destaca o aspecto humano das regiões fronteiriças, que considera como local para aproximar povos, em vez de separá-los:

A ideia tradicional de fronteira, centrada no território, está diretamente associada aos valores de segurança, ou segurança nacional, referindo-se às dimensões políticas e territoriais dos Estados. [...]

O “novo” conceito de fronteira, que leva em consideração a dimensão humana de Estados limítrofes, estabelece a fronteira como um lugar, como um espaço de socialização de uma comunidade imaginada. Evidenciando sua função gregária, a fronteira, em vez de apartar, tem o poder de unir povos vizinhos. Essa concepção harmoniza-se com os princípios da segurança humana, que se ocupa da garantia de sobrevivência individual e comunitária dos indivíduos contra situações involuntárias, eventos acidentais e qualquer tipo de violência não provocada, com ênfase no cumprimento das normas de defesa dos direitos humanos.<sup>5</sup>

O Brasil levou um longo tempo para que suas fronteiras fossem adequadamente definidas, tanto por disputas com as nações vizinhas quanto pela sua geografia diversificada. A região amazônica constitui um desafio particularmente complexo para o estabelecimento de limites. Cobrindo grande parte do norte da América do Sul, a Amazônia possui uma gigantesca bacia hidrográfica, rodeada pela maior floresta tropical da Terra. Estas características dificultaram enormemente a delimitação de fronteiras, habitualmente fixadas a partir da localização precisa de acidentes geográficos, tais como rios e montanhas.

---

<sup>5</sup> VARGAS, Fábio A., **Formação das fronteiras latino-americanas**, Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2017, p. 55–56.



Na Amazônia, os rios foram escolhidos como grandes marcos fronteiriços, além de servirem como caminhos naturais para penetração no interior do continente. Portanto, ocupar territórios na Amazônia significava ocupar as margens dos principais rios. Além disso, a posse de terras na margem de um rio também significava ter direito de navegação por toda a sua extensão, conforme os preceitos do Direito Internacional, estabelecidos primeiramente por Hugo Grotius no século XVII<sup>6</sup>. Esse foi um importante fator nas reivindicações territoriais entre as nações presentes na região amazônica, como será visto a seguir.

## 2.2. A DISPUTA PELO AMAPÁ NO PERÍODO COLONIAL

Desde que os primeiros europeus chegaram à região, no século XVI, a Amazônia despertou cobiça e curiosidade de diferentes povos e nações. Inicialmente procurando ouro e prata, mais tarde atraídos pela escravização dos indígenas e pelas “drogas do sertão”, gradativamente os europeus exploraram a região. Holandeses, ingleses e franceses se fixaram em trechos do litoral, desafiando portugueses e espanhóis na sua divisão das terras inexploradas do mundo pelo Tratado de Tordesilhas. Os espanhóis se depararam com imensas minas de ouro no Peru e pouco investigaram o interior da Amazônia. Conforme ressalta Goes Filho:

[...] Por que iriam, então, os espanhóis dos seiscentos e dos setecentos descer a montanha para aventurar-se na selva amazônica, hostil, cheia de febres e animais repulsivos, se tinham à mão as maiores riquezas do universo?<sup>7</sup>

Uma vez que Espanha e Portugal estavam sob a mesma coroa desde 1580, coube aos portugueses penetrar na imensa floresta através dos seus rios, organizando expedições como a de Pedro Teixeira, que habilmente tomou posse das regiões

---

6 GROTIUS, Hugo, **The Rights of War and Peace**, New York: M. Walter Dunne, 1901, p. 106–107.

7 GOES FILHO, Synesio S., **Navegantes, bandeirantes, diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil**, Edição revista e ampliada. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2015, p. 205.



desbravadas em nome do rei de Portugal<sup>8</sup>. Além de explorar o território em busca de riquezas, essas expedições tinham como objetivo expulsar invasores europeus instalados na região e garantir sua posse para Portugal, através da construção e guarnição de fortalezas, muitas das quais deram origem a cidades. Rezende destaca a importância das fortificações:

[...] A posição a ser fortificada devia, primordialmente, atender aos propósitos políticos da estratégia de ocupação e defesa do território, essenciais para garantir ao Estado a justificação de posse daqueles vastos espaços geográficos. Fortificar não significava apenas defender militarmente, mas, sobretudo, marcava a presença portuguesa naquelas regiões tão distantes. A fortificação era, antes de tudo, a consecução de um objetivo político, que pode ser compreendido muito claramente nos posicionamentos de Lisboa para assegurar suas possessões amazônicas.<sup>9</sup>

A França logo se tornou o mais persistente adversário de Portugal na tentativa de domínio da Amazônia. Após a frustrada tentativa de estabelecer uma colônia permanente no litoral maranhense (a “França Equinocial”, liderada por La Ravardière<sup>10</sup>), os franceses se instalaram na costa acima do cabo Norte, fundando Caiena em 1633 e fazendo diversas tentativas de expandir seus domínios até a foz do Amazonas. Conforme afirma Ribeiro:

[...] As discussões sobre o domínio da região do Amapá prosseguiram ao longo do século XVII. Em 1664, a França criou a Companhia da França Equinocial, com o objetivo, não só de recuperar o domínio da cidade de Caiena, que a Holanda havia ocupado em 1653, mas, também, estender suas fronteiras até o Amazonas. Durante vários anos tentaram tornar efetiva a

---

8 BENTO, Cláudio M., **Amazônia brasileira: conquista, consolidação e manutenção (História Militar Terrestre da Amazônia de 1616 a 2017)**, 2. ed. Barra Mansa (RJ): [s.n.], 2017, p. 67–77.

9 REZENDE, Tadeu V. F., **A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial: a definição das fronteiras**, Doutorado em História Econômica, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2006, p. 259.

10 MARIZ, Vasco, Os franceses no Maranhão: O fiasco da França Equinocial, in: **Depois da glória**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p. 97–113.



ocupação do Amapá, porém, os portugueses sempre reagiram eficazmente.<sup>11</sup>

Preocupados com a constante presença francesa, os portugueses construíram novos fortes em Torrego, Cumaú, Pará e Araguari entre 1686 e 1687<sup>12</sup>. Em maio de 1697, o Marquês De Férolles, governador da Guiana, liderou uma expedição que ocupou Macapá e desmantelou alguns fortes lusos. Os portugueses reagiram e as tropas lideradas por Francisco de Sousa Fundão expulsaram os invasores em menos de dois meses<sup>13</sup>. Pouco depois, as duas nações iniciaram negociações para definir a posse da região, firmando um Tratado Provisório em 1700 e, após longas discussões, assinando o Tratado de Utrecht em 11 de abril de 1713. A parte do Tratado assinada pelos reis de Portugal e da França concedia a Portugal as terras disputadas no Brasil, fixando a fronteira no rio Oiapoque, identificado como o rio “Japoc ou de Vicente Pinzón” dos antigos mapas<sup>14</sup>. No entanto, persistia a ambição francesa em se apossar de parte da margem do rio Amazonas, e, por conseguinte, ter o direito de navegação pelo rio. Assim, “a Coroa francesa, apesar dos expressos compromissos que assumiu no Tratado, nunca admitiu dar-lhe cumprimento.”<sup>15</sup>.

A tensão na região prosseguiu, com incursões corsárias francesas e expedições punitivas portuguesas. Sucessivos tratados deslocaram a fronteira para os rios Calçoene, Carapanatuba e Araguari, aproximando-se cada vez mais do Amazonas e, portanto, sendo cada vez mais favoráveis à França<sup>16</sup>. Finalmente, Portugal foi invadido e ocupado pela França napoleônica, causando a transmigração da Família Real portuguesa para o Brasil. Pouco depois da sua chegada, o Príncipe Regente, futuro D. João VI, declarou guerra à França, e seu Ministro da Guerra, Rodrigo de Souza Coutinho, ordenou uma expedição militar contra a Guiana Francesa. A operação foi planejada inicialmente pelo governador do Pará, Narciso Magalhães de Menezes, como um simples

---

11 RIBEIRO, Nélson F., **A questão geopolítica da Amazônia: da soberania difusa à soberania restrita**, Brasília: Senado Federal, 2005, p. 44.

12 RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos, Barão do, **Questões de limites: Guiana Francesa**, Brasília: Senado Federal, 2008, p. 96–101.

13 SARNEY, José; COSTA, Pedro, **Amapá: a terra onde o Brasil começa**, 2. ed. Brasília: Senado Federal, 1999, p. 99–106.

14 RIO BRANCO, **Questões de limites: Guiana Francesa**, p. 113–166.

15 RIBEIRO, **A questão geopolítica da Amazônia**, p. 44–45.

16 REZENDE, **A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial**, p. 140–143.

reposicionamento das forças luso-brasileiras lideradas pelo tenente-coronel Manuel Marques na antiga fronteira do rio Oiapoque. No entanto, com o apoio de navios ingleses comandados pelo almirante James Yeo, a expedição foi ampliada para a conquista de Caiena, que foi tomada em janeiro de 1809 após uma breve campanha<sup>17</sup>. Os ingleses se retiraram logo após a vitória, e os portugueses entendiam que sua ocupação era provisória, servindo para melhorar sua posição numa futura negociação de paz na Europa. A Guiana acabou sendo restituída à França em 1817 como parte dos acordos de paz do Congresso de Viena<sup>18</sup>.

### 2.3. A DISPUTA PELO AMAPÁ NO PERÍODO IMPERIAL

O Brasil independente herdou a pendência com os franceses na Amazônia. Aproveitando a situação caótica da região durante a Cabanagem<sup>19</sup>, os franceses instalaram um forte na margem direita do Oiapoque. O Império brasileiro respondeu estabelecendo a colônia militar Dom Pedro II na margem do Araguari, território considerado francês<sup>20</sup>. Após mediação britânica, os dois países desmantelaram suas fortificações e reconheceram a necessidade de demarcar adequadamente a fronteira, o que não foi feito. O agora chamado “Contestado Franco-Brasileiro” permaneceu em litígio durante o restante do século XIX. Em 1855, o Visconde do Uruguai foi a Paris tentar resolver a questão, chegando a oferecer o rio Calçoene como fronteira, mas o governo imperial francês só admitia a divisa no rio Araguari, insistindo no acesso ao Amazonas<sup>21</sup>. Em 1885, foi feita uma tentativa de transformar a região disputada numa nação independente sob tutela francesa, como relata Ribeiro:

[...] Um grupo de aventureiros, proclamou a República de Cunani, em 1885, cujo território se estendia da foz do rio

---

17 SOUBLIN, Jean, **Caiena 1809**, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2010, p. 32–87.

18 *Ibid.*, p. 101–122.

19 BENTO, **Amazônia brasileira**, p. 196–202.

20 GRANGER, Stéphane, O Contestado Franco-Brasileiro: desafios e consequências de um conflito esquecido entre a França e o Brasil na Amazônia, **Revista Cantareira (Instituto de História da UFF)**, n. 17, 2012, p. 23–24.

21 GOES FILHO, **Navegantes, bandeirantes, diplomatas**, p. 318.



Araguari ao rio Oiapoque. Cunani era, apenas, um povoado com cerca de 600 habitantes. A caricata república elegeu um presidente, o romancista Jules Gros, que procurou organizar seu governo sem qualquer sustentação fática. O próprio governo francês, reconhecendo o impacto geopolítico negativo para a França, interveio e, no dia 2 de setembro de 1887, acabou com a República de Cunani. [...] <sup>22</sup>

#### 2.4. A DISPUTA PELO AMAPÁ NO PERÍODO REPUBLICANO

A crise final foi desencadeada pela descoberta de ouro no rio Calçoene em 1893, o que atraiu à região milhares de garimpeiros, muitos deles brasileiros. Rapidamente surgiram disputas e o clima ficou cada vez mais tenso. O delegado francês em Calçoene, Eugène Voissien, estabeleceu altos impostos e tentou proibir o acesso dos brasileiros às minas. Em dezembro de 1894, os brasileiros se revoltaram, depuseram a administração francesa e formaram um triunvirato para governar o Amapá, liderado por Francisco Xavier de Veiga Cabral. Os revoltosos organizaram o governo e criaram sua legislação baseada na Constituição do Pará <sup>23</sup>. A reação francesa foi violenta e resultou num conflito armado entre forças irregulares brasileiras e tropas francesas apoiadas por uma canhoneira, conforme descrito por Granger:

[...] Os tumultos e brigas étnicas (crioulos franceses e, às vezes, índios contra brasileiros) chegaram ao ponto máximo com a prisão por uma milícia brasileira, em maio de 1895, do responsável francês de Calçoene, Trajano Bentes, um ex-escravo brasileiro fugido do Pará e que se tinha posto a serviço dos franceses. Essa milícia, dirigido por Francisco Xavier da Veiga Cabral, levou Trajano, acusado de ter rasgado a bandeira brasileira, até a aldeia majoritariamente brasileira de Mapá para julgá-lo por traição. Aparentemente por uma iniciativa própria, o governador da Guiana Francesa, Charvein, julgando a França assim ofendida, mandou um destacamento militar para soltá-lo, enquanto não tinha competência para interferir no Território Contestado: este era da competência do Ministério dos Assuntos Exteriores e não da Marinha e das Colônias, autoridade de tutela do governador. Trajano foi solto pelos soldados franceses, mas a

---

<sup>22</sup> RIBEIRO, A questão geopolítica da Amazônia, p. 134.

<sup>23</sup> SARNEY; COSTA, Amapá, p. 141–148.



operação tirou a vida de sete deles, inclusive o comandante do destacamento, o capitão Lunier, enquanto cerca de quarenta moradores da aldeia foram mortos pelos franceses em retaliação (tese brasileira), ou em combate decorrente de uma emboscada (tese francesa).<sup>24</sup>

O incidente gerou considerável escândalo internacional e levou as duas nações a tentarem um acordo diplomático definitivo para encerrar a questão, submetendo a pendência de limites à arbitragem do Presidente da Confederação Suíça. A defesa dos interesses brasileiros foi entregue ao Barão do Rio Branco, que elaborou um amplo e detalhado relatório fundamentando claramente o direito do Brasil e negando qualquer pretensão francesa sobre a região, conforme resumido a seguir:

[...] A “Exposição diplomática” parte destas falsas premissas: que a França, antes do Tratado de Utrecht, estava de posse da parte setentrional da bacia do Amazonas, e que essa bacia era uma simples dependência da ilha de Caiena. E conclui que a França *cedeu* a Portugal apenas a margem setentrional do Amazonas: a *margem* propriamente dita, “uma faixa estreita de território” ao longo do rio. [...] A França não pôde *conservar* na parte norte da bacia do Amazonas o que não lhe pertencia, o que ela não possuía ali no momento da assinatura do Tratado, e nunca tinha possuído anteriormente. Ela renunciou em 1713 a todas as suas pretensões sobre os domínios do rei de Portugal, e o compromisso assumido de não pretender nenhuma “avenida” sobre o Amazonas torna inadmissível a doutrina da “faixa estreita”, como torna inaceitáveis suas pretensões ao limite do Araguari e ao curso superior dos outros afluentes do Amazonas, que nem a Holanda, nem a Inglaterra, possuindo no litoral norte colônias mais importantes do que a Guiana francesa, jamais sonharam em disputar com o Brasil. [...]

Os estabelecimentos franceses no litoral da Guiana, *sempre a norte do Oiapoque*, nunca se estenderam para o sul, além de uma estreita zona ao longo da orla do mar. Há vários juristas para os quais a ocupação de um litoral e do curso inferior dos rios que ele compreende dá ao Estado ocupante um título sobre todas as terras das bacias costeiras; não há um só deles que admita que a ocupação de um litoral possa dar um título que ultrapasse a linha da divisão das águas onde esses rios têm suas

---

24 GRANGER, O contestado Franco-Brasileiro, p. 24–25.



nascentes. Nunca se levou tão longe o “direito de continuidade”, “the Right of contiguity” dos juristas ingleses. [...]

Salvo alguns dos mais ardentes partidários da política de expansão colonial a qualquer preço, ninguém, na França, já o dissemos, considera como tendo algum fundamento a linha interior pela qual os colonos de Caiena pretendem adquirir as terras brasileiras da bacia do Amazonas e ao mesmo tempo rodear pelo sul as possessões da Holanda e da Inglaterra. [...]<sup>25</sup>

A vitória brasileira consagrou definitivamente o Barão do Rio Branco como grande negociador, conforme descrito por Goes Filho:

[...] O território atribuído ao Brasil era muito próximo das nossas pretensões máximas e muito distante das da França (que reivindicava, diferentemente do que mostram alguns mapas da questão, um território que ultrapassava a região do rio Trombetas). A Questão do Amapá envolvia uma área de 500 mil km<sup>2</sup>, isto é, mais de três vezes maior do que o atual estado do Amapá, que tem 140 mil km<sup>2</sup>.

[...] Com a segunda vitória, Rio Branco via-se, agora, confirmado em sua posição de herói nacional. O “Colosso de Rodes”, na expressão amical e brincalhona de Nabuco: um pé em Palmas, outro no Amapá...<sup>26</sup>

Pouco depois, Rio Branco seria nomeado Ministro das Relações Exteriores e iniciaria uma década de sucessivos acordos de fronteiras, alguns particularmente delicados, como a Questão do Acre, com choques militares entre bolivianos e brasileiros<sup>27</sup>. Uma vez que Rio Branco utilizou estratégias semelhantes nas demais negociações, pode-se dizer que a solução da Questão do Amapá serviu como modelo para resolver as outras disputas fronteiriças ainda existentes no Brasil.

---

25 RIO BRANCO, **Questões de limites: Guiana Francesa**, p. 370–373.

26 GOES FILHO, **Navegantes, bandeirantes, diplomatas**, p. 322.

27 GARBINO, Henrique S. T., **De Ayacucho a Petrópolis: A interdependência entre diplomacia e ação militar durante a Questão do Acre**, Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em História Militar), Unisul, Palhoça, SC, 2016.



### 3 CONCLUSÕES

Na longa história da disputa pelo Amapá, pode-se observar que foram utilizados tanto o poder militar quanto a diplomacia. A construção de fortalezas ao longo dos rios amazônicos, a reação portuguesa à invasão de De Férolles em 1697, a conquista de Caiena por Marques e Yeo em 1809, o estabelecimento da colônia militar Dom Pedro II em 1840 e a resistência de Veiga Cabral aos invasores franceses em 1895 são exemplos importantes do uso do poder militar na garantia dos direitos luso-brasileiros na região. Por outro lado, buscou-se sempre solucionar a Questão do Amapá através de negociações diplomáticas, pautando-se no princípio do *uti possidetis*, através da assinatura de diversos tratados e, por fim, recorrendo à arbitragem internacional em 1900. A posse do Amapá foi garantida através da combinação do poder militar e da diplomacia, construída durante três séculos, e também utilizada com sucesso nas últimas disputas de fronteiras brasileiras.

É importante ressaltar que a via diplomática sempre foi a forma preferida pelos governos luso-brasileiros para resolver as pendências fronteiriças na Amazônia. Mesmo a conquista de Caiena em 1809 foi executada com a intenção de reforçar futuras negociações. No entanto, qualquer tentativa diplomática seria provavelmente frustrada ou, no mínimo, muito mais difícil, sem a possibilidade de recorrer ao poder militar, em caso de necessidade, para defender os direitos brasileiros.

Apesar de transcorridos quase 120 anos da decisão arbitral suíça, é interessante notar que regularmente o governo francês se manifesta sobre a Amazônia, ocasionalmente atacando políticas brasileiras para a região ou até mesmo questionando de forma indireta a posse do Amapá. Alguns exemplos são a atuação do Presidente François Mitterrand na tentativa de estabelecer o controle internacional da Amazônia na cúpula de Haia em 1989<sup>28</sup>, e a recente polêmica sobre os incêndios na região amazônica envolvendo os Presidentes Emmanuel Macron e Jair Bolsonaro<sup>29,30,31,32</sup>. Além da

---

28 RIBEIRO, A **questão geopolítica da Amazônia**, p. 339–340.

29 AGÊNCIA BRASIL, **Países da América do Sul se mobilizam contra incêndios florestais**, Agência Brasil, disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2019-08/paises-da-america-do-sul-se-mobilizam-contraincendios-florestais>>, acesso em: 29 set. 2019.



evidente questão histórica, a posição francesa é explicável pelo interesse geopolítico dos países desenvolvidos no grande potencial da Amazônia.

É inegável a importância da Amazônia para o Brasil e para o mundo. Possuidora de grandes recursos hídricos, riquezas minerais, produtos vegetais e biodiversidade, além de ser um espaço geográfico esparsamente povoado, a região amazônica tem sido frequentemente alvo de tentativas de interferência na soberania brasileira, seja através do controle internacional amazônico, seja através de propostas de exploração ou desenvolvimento local patrocinado por outras nações. Como alerta Ribeiro:

[...] É fundamental que o povo brasileiro tenha consciência de que, nas últimas décadas do século passado, houve a mundialização da questão ambiental, que passou a ser incluída na pauta das decisões e de toda a política de cooperação internacional articulada e coordenada pela ONU. E, principalmente, que, no centro dessa mundialização, está a questão ambiental amazônica que se tornou uma grave questão geopolítica internacional, seja quando se afirma que a floresta amazônica é um sumidouro de gases tóxicos que provocam o efeito estufa e, em consequência, o aquecimento do Planeta; seja pela aceleração da devastação ambiental que a Região vem sofrendo nas últimas décadas. Tudo isso tem servido de pretexto para que lideranças políticas e científicas dos países desenvolvidos e, inclusive da própria ONU, afirmem ostensivamente que a Amazônia é um patrimônio da humanidade e, assim, se buscam, incessantemente, fórmulas, explícitas ou implícitas, para restringir a soberania do Brasil sobre a Região. Esse problema tem que ser enfrentado com sabedoria e habilidade, no sentido de dissuadir quaisquer agressões à soberania nacional.<sup>33</sup>

Para enfrentar essas possíveis agressões, é importante que a região amazônica seja efetivamente integrada ao restante do Brasil. É fundamental afirmar a soberania

---

30 EMBAIXADA DA FRANÇA NO BRASIL, **Declaração do Presidente francês Emmanuel Macron à imprensa no G7**, La France au Brésil, disponível em: <<https://br.ambafrance.org/Declaracao-do-Presidente-frances-Emmanuel-Macron-a-imprensa-no-G7>>, acesso em: 2 nov. 2019.

31 EMBAIXADA DA FRANÇA NO BRASIL, **Conferência relativa à proteção da Amazônia na ONU**, La France au Brésil, disponível em: <<https://br.ambafrance.org/Conferencia-relativa-a-protecao-da-Amazonia-na-ONU>>, acesso em: 2 nov. 2019.

32 AGÊNCIA BRASIL, **Em discurso na ONU, Bolsonaro destaca riqueza da Amazônia**, Agência Brasil, disponível em: <<http://agenciabrasil.etc.com.br/politica/noticia/2019-09/em-discurso-na-onu-bolsonaro-destaca-riqueza-da-amazonia>>, acesso em: 29 set. 2019.

33 RIBEIRO, Néson F., **A questão geopolítica da Amazônia**, p. XXXIX.



brasileira sobre a Amazônia, ampliando a presença do Estado, aceitando as críticas, quando construtivas, e apoiando o desenvolvimento da região, resguardadas as características locais e os interesses dos seus cidadãos.

O Amapá de hoje ainda é uma região com baixo desenvolvimento econômico e social. O estado tem problemas típicos de uma região de fronteira – contrabando, tráfico de drogas, imigração ilegal – além de conflitos entre garimpeiros, madeireiros e indígenas. Nos últimos anos, várias medidas têm sido tomadas para incentivar o desenvolvimento da região, entre os quais pode-se destacar a inauguração da ponte ligando o Amapá à Guiana Francesa e o recente anúncio de projeto estratégico para interligação rodoviária do estado ao restante do Brasil<sup>34</sup>.

O poder militar e a diplomacia conquistaram o Amapá para o Brasil. Cabe agora ao Estado brasileiro, com a participação de toda a sociedade civil, planejar e executar as ações de desenvolvimento no Amapá e na Amazônia para que nossos conterrâneos da região Norte possam ser cidadãos brasileiros em sua plenitude.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Em discurso na ONU, Bolsonaro destaca riqueza da Amazônia**. Agência Brasil. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-09/em-discurso-na-onu-bolsonaro-destaca-riqueza-da-amazonia>>. Acesso em: 29 set. 2019.

AGÊNCIA BRASIL. **Países da América do Sul se mobilizam contra incêndios florestais**. Agência Brasil. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2019-08/paises-da-america-do-sul-se-mobilizam-contraincendios-florestais>>. Acesso em: 29 set. 2019.

BENTO, Cláudio M. **Amazônia brasileira: conquista, consolidação e manutenção (História Militar Terrestre da Amazônia de 1616 a 2017)**. 2. ed. Barra Mansa (RJ): [s.n.], 2017. Disponível em: <<http://www.ahimtb.org.br/Novo%20Livro%20Amaz%C3%B4nia%20a%20edi%C3%A7%C3%A3o%20web.pdf>>.

---

34 DIÁRIO DO AMAPÁ, **Mourão anuncia projeto que integraria o Amapá ao país, afastando possível ameaça francesa**, Diário do Amapá, disponível em: <<https://www.diariodoamapa.com.br/cadernos/politica/mourao-anuncia-projeto-que-integraria-o-amapa-ao-pais-afastando-possivel-ameaca-francesa/>>, acesso em: 9 nov. 2019.



DIÁRIO DO AMAPÁ. **Mourão anuncia projeto que integraria o Amapá ao país, afastando possível ameaça francesa.** Diário do Amapá. Disponível em: <<https://www.diariodoamapa.com.br/cadernos/politica/mourao-anuncia-projeto-que-integraria-o-amapa-ao-pais-afastando-possivel-ameaca-francesa/>>. Acesso em: 9 nov. 2019.

EMBAIXADA DA FRANÇA NO BRASIL. **Conferência relativa à proteção da Amazônia na ONU.** La France au Brésil. Disponível em: <<https://br.ambafrance.org/Conferencia-relativa-a-protacao-da-Amazonia-na-ONU>>. Acesso em: 2 nov. 2019.

EMBAIXADA DA FRANÇA NO BRASIL. **Declaração do Presidente francês Emmanuel Macron à imprensa no G7.** La France au Brésil. Disponível em: <<https://br.ambafrance.org/Declaracao-do-Presidente-frances-Emmanuel-Macron-a-imprensa-no-G7>>. Acesso em: 2 nov. 2019.

GARBINO, Henrique S. T. **De Ayacucho a Petrópolis: A interdependência entre diplomacia e ação militar durante a Questão do Acre.** Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em História Militar), Unisul, Palhoça, SC, 2016. Disponível em: <<http://www.riuni.unisul.br/handle/12345/3655>>. Acesso em: 6 jul. 2019.

GOES FILHO, Synesio S. **Navegantes, bandeirantes, diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil.** Edição revista e ampliada. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2015.

GRANGER, Stéphane. O Contestado Franco-Brasileiro: desafios e consequências de um conflito esquecido entre a França e o Brasil na Amazônia. **Revista Cantareira (Instituto de História da UFF)**, n. 17, p. 21–39, 2012.

GROTIUS, Hugo. **The Rights of War and Peace.** Trad. A. C. Campbell. New York: M. Walter Dunne, 1901. (Project Gutenberg Ebooks, 46564). Disponível em: <<http://www.gutenberg.org/files/46564/46564-h/46564-h.htm>>. Acesso em: 29 set. 2019.

MARIZ, Vasco. Os franceses no Maranhão: O fiasco da França Equinocial. *In: Depois da glória.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p. 97–113.

REZENDE, Tadeu V. F. **A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial: a definição das fronteiras.** Doutorado em História Econômica, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2006.

RIBEIRO, Néelson F. **A questão geopolítica da Amazônia: da soberania difusa à soberania restrita.** Brasília: Senado Federal, 2005. (Edições do Senado Federal, 64). Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/11112/000746688.pdf>>.



RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos, Barão do. **Questões de limites: Guiana Francesa**. Brasília: Senado Federal, 2008. (Edições do Senado Federal, 97).

SARNEY, José; COSTA, Pedro. **Amapá: a terra onde o Brasil começa**. 2. ed. Brasília: Senado Federal, 1999. (Coleção Brasil 500 anos). Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1034/0559819.pdf>>.

SEABRA, Miguel P. C. S. **O conceito de fronteira: uma abordagem multifacetada**. Trabalho de Investigação Final (Curso de Estado-Maior Conjunto), Instituto de Estudos Superiores Militares, Lisboa, 2012. Disponível em: <<https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/10023/1/MAJ%20Saldanha%20Seabra.pdf>>.

SOUBLIN, Jean. **Caiena 1809**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2010. (Coleção General Benício, 410).

VARGAS, Fábio A. **Formação das fronteiras latino-americanas**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2017.